



COOPERATIVA ODONTOLOGICA DO ESTADO DO AMAPA
ANS nº. 36.578-5
CNPJ nº. 02.254.846/0001-83
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

CONTEÚDO

- **Balanço Patrimonial**
- **Demonstração do Resultado**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração do Resultado Abrangente**
- **Notas Explicativas**

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Balanco Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Ativo Circulante		3.374.459,31	3.151.195,16
Disponível		27.593,52	27.430,64
Realizável		3.346.865,79	3.123.764,52
Aplicações Financeiras	6	2.271.681,86	2.226.231,19
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	365.318,11
Aplicações Livres		2.271.681,86	1.860.913,08
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	666.235,48	448.308,60
Contraprestação Pecuniaria/Premio a Receber		666.235,48	448.301,60
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	7,00
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	8	18.419,71	18.646,82
Créditos Tributários e Previdenciários	9	108.726,46	138.854,14
Bens e Títulos a Receber	10	278.340,66	282.971,31
Despesas Antecipadas		689,64	935,82
Conta-Corrente com Cooperados	11	2.771,98	7.816,64
Ativo Não Circulante		2.192.011,93	2.357.051,95
Realizável a longo prazo		73.169,28	73.169,28
Depósitos judiciais e fiscais		73.169,28	73.169,28
Investimentos	12	70.307,11	64.828,55
Participações Societárias pelo Método de Custo		70.007,11	64.528,55
Outros Investimentos		300,00	300,00
Imobilizado	13	2.048.535,54	2.219.054,12
Imóveis de Uso Próprio		1.947.980,32	2.066.778,16
Não Odontológicos		1.947.980,32	2.066.778,16
Imobilizado de Uso Próprio		100.555,22	152.275,96
Não Odontológicos		100.555,22	152.275,96
Total do Ativo		5.566.471,24	5.508.247,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
69249
Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

Assinado digitalmente por CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTÍPLA G1, OU=241522189000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.23 13:41:05-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:54211654268
1654268
Flauberty de Sousa Brito
Contador
CRC AP-002752/O-0

Assinado digitalmente por FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:54211654268
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTÍPLA G1, OU=241522189000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:54211654268
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.23 13:41:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Balanço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Passivo Circulante		954.802,25	976.861,73
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	539.323,45	506.675,56
Provisão de Prêmios/Contraprestações		221.149,02	213.807,57
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PCNG		221.149,02	213.807,57
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		5.862,32	9.564,35
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		312.312,11	283.303,64
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		31.128,78	33.889,09
Contraprestações/Prêmios a Restituir		22.936,10	25.630,09
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	15	8.192,68	8.259,00
Provisões		1.395,25	795,55
Provisão para IR e CSLL		1.395,25	795,55
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	176.221,97	177.341,32
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	-	76.401,63
Débitos Diversos	18	204.811,60	179.837,38
Conta-Corrente de Cooperados	11	1.921,20	1.921,20
Passivo Não Circulante		79.678,84	94.407,52
Provisões		73.169,28	73.169,28
Provisões para Ações Judiciais		73.169,28	73.169,28
Débitos Diversos		6.509,56	21.238,24
Patrimônio líquido		4.531.990,15	4.436.977,86
Capital Social		2.653.666,38	2.714.956,72
Reservas	19	1.432.066,42	1.505.971,18
Reservas de Sobras		1.432.066,42	1.505.971,18
Superávits Acumulados		446.257,35	216.049,96
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		5.566.471,24	5.508.247,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Assinado digitalmente por CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA GI, OU=2415223000174, OUF=presecional, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Data: 2026.02.23 13:41:28-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE
AZEVEDO:3788826
9249

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

Assinado de forma digital
por MATHEUS SOARES
GIRAO:03366167327
Dados: 2026.02.24
16:55:56 -03'00'

MATHEUS SOARES
GIRAO:033661673
27

Matheus Soares Girão
MIBA 4.341

Assinado digitalmente por FLAUBERTY
DE SOUSA BRITO:54211654268
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
DIGITAL MULTIPLA GI, OU=2415223000174, OUF=presecional, OU=Certificado PF A3, CN=FLAUBERTY
DE SOUSA BRITO:54211654268
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Data: 2026.02.23 13:42:23-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

FLAUBERTY
DE SOUSA
BRITO:5421
1654268

Flauberty de Sousa Brito
Contador
CRC AP-002752/O-0

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstrações de Resultados
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		8.744.033,38	8.614.227,13
Receita com Operações de Assistência à Saúde		8.947.101,87	8.802.432,98
Contraprestações Líquidas		8.947.101,87	8.802.432,98
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(203.068,49)	(188.205,85)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(4.800.167,32)	(4.815.486,96)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		(4.771.158,85)	(4.814.677,39)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(29.008,47)	(809,57)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		3.943.866,06	3.798.740,17
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		22.560,60	22.993,64
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		69.861,87	88.289,25
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		911,61	801,91
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Odontológica		63,28	227,67
Outras Receitas Operacionais		68.886,98	87.259,67
Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(17.832,91)	(14.524,33)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(415.260,31)	(323.615,40)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(236.654,35)	(208.327,07)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(178.605,96)	(115.288,33)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(51,96)	(106.564,59)
Resultado Bruto		3.603.143,35	3.465.318,74
Despesas de Comercialização		(21.174,52)	(15.134,64)
Despesas Administrativas	20	(3.323.645,60)	(3.427.056,53)
Resultado Financeiro Líquido		337.506,49	267.740,84
Receitas Financeiras		360.104,59	288.942,16
Despesas Financeiras		(22.598,10)	(21.201,32)
Resultado Patrimonial		-	-
Receitas Patrimoniais		-	-
Resultado Antes dos Impostos e Participações		595.829,72	290.868,41
Imposto de Renda		(8.558,37)	(2.728,92)
Contribuição Social		(5.135,02)	(1.637,36)
Resultado Líquido		582.136,33	286.502,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE AZEVEDO:3788826
9249
Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

MATHEUS SOARES
GIRAO:033661673
27
Matheus Soares Girão
MIBA 4.341

FLAUBERTY
DE SOUSA
BRITO:54211
654268
Flauberty de Sousa Brito
Contador
CRC AP-002752/O-0

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Nota	Capital Social	Reservas		Sobras a disposição da AGO	Total
		Fundo de Reserva	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.426.663,24	1.211.655,09	364.587,56	671.582,90	4.674.488,79
Devolução de capital social	(52.961,17)	-	-	-	(52.961,17)
Aumento de capital social	341.254,65	-	-	-	341.254,65
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO	-	-	-	(671.582,90)	(671.582,90)
Utilização do FATES	-	-	(140.723,64)	-	(140.723,64)
Sobra do exercício	-	-	-	286.502,13	286.502,13
Proposta de destinação das sobras	19				
Constituição do Fundo de Reserva	-	28.650,21	-	(28.650,21)	-
Constituição do FATES	-	-	28.650,21	(28.650,21)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)	-	-	13.151,75	(13.151,75)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.714.956,72	1.240.305,30	265.665,88	216.049,96	4.436.977,86
Devolução de capital social	(65.197,40)				(65.197,40)
Aumento de capital social	3.907,06				3.907,06
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO	-			(216.049,96)	(216.049,96)
Utilização do FATES	-		(209.783,74)		(209.783,74)
Sobra do exercício	-			582.136,33	582.136,33
Proposta de destinação das sobras	19				
Constituição do Fundo de Reserva	-	55.782,17		(55.782,17)	-
Constituição do FATES	-		55.782,17	(55.782,17)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)	-		24.314,64	(24.314,64)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.653.666,38	1.296.087,47	135.978,95	446.257,35	4.531.990,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE
AZEVEDO:37888269249
Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

Assinado digitalmente por CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
ND: C=BR, O=CP Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=241521800174, OU=personal, CN=Certificado PF, AS, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Localidade:
Data: 2025.02.23 13:49:53 -0300'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

FLAUBERTY DE
SOUSA
BRITO:542116542
68
Flauberty de Sousa Brito
Contador
CRC AP-002752/O-0

Assinado digitalmente por FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:542116542
ND: C=BR, O=CP Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=241521800174, OU=personal, CN=Certificado PF, AS, CN=FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:542116542
Localidade:
Data: 2025.02.23 13:50:23 -0300'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	8.575.372,59	8.789.103,24
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	6.332.203,32	6.445.451,76
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	-	3,63
(+) Outros Recebimentos Operacionais	73.643,37	67.478,71
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(4.968.265,07)	(5.036.739,40)
(-) Pagamento de Comissões	-	-
(-) Pagamento de Pessoal	(885.973,07)	(961.824,05)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(493.377,65)	(433.906,46)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(453.776,27)	(405.872,95)
(-) Pagamento de Tributos	(583.359,27)	(616.087,21)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(50.537,90)	(32.081,05)
(-) Pagamento de Aluguel	(7.265,35)	(8.350,04)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(53.700,00)	(60.756,81)
(-) Aplicações Financeiras	(6.064.140,86)	(6.074.174,33)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(1.072.404,76)	(1.153.787,43)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	348.419,08	518.457,61
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Dividendos	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	64.862,48	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	-
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(117.822,45)	(26.625,35)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(52.959,97)	(26.625,35)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital	-	36.000,00
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	218.982,28	113.813,60
(-) Pagamentos de Participações nos Resultados	(260.085,55)	(411.940,24)
(-) Pagamentos de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(3.932,17)	(9.640,13)
(-) Pagamentos de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(250.260,79)	(130.974,54)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	(108.700,65)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(295.296,23)	(511.441,96)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	162,88	(19.609,70)
CAIXA - Saldo inicial	27.430,64	47.040,34
CAIXA - Saldo Final	27.593,52	27.430,64
Ativos Livres no Início do Período	1.888.343,72	2.081.415,11
Ativos Livres no Final do Período	2.299.275,38	1.888.343,72
Aumento/Diminuição nas Aplic. Financeiras – RECURSOS LIVRES	410.931,66	(193.071,39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE
AZEVEDO:3788826924
9
Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

Assinado digitalmente por CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:3788826924
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA GI, OU=4383215000174, OU=pessoal, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:3788826924
Localidade:
Data: 2026.02.23 13:53:40-03'00"
Versão: PDF-Render Versão: 2025.2.0

FLAUBERTY DE
SOUSA
BRITO:542116542
68
Flauberty de Sousa Brito
Contador
CRC AP-002752/O-0

Assinado digitalmente por FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:542116542
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA GI, OU=4383215000174, OU=pessoal, OU=Certificado PF A3, CN=FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:542116542
Localidade:
Data: 2026.02.23 13:54:07-03'00"
Versão: PDF-Render Versão: 2025.2.0

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
(+/-) SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	582.136,33	286.502,13
Outros Resultados Abrangentes	-	-
(=) SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES	582.136,33	286.502,13
(-) Fundo de Reserva - 10%	(55.782,17)	(28.650,21)
(-) FATES - 10%	(55.782,17)	(28.650,21)
(-) FATES - Ato Não Cooperativo	(24.314,64)	(13.151,75)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	446.257,35	216.049,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269
249
Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

Assinado digitalmente por CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA
C1, OU=34152219000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.23 13:51:49-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

FLAUBERTY
DE SOUSA
BRITO:5421164268
54268
Flauberty de Sousa Brito
Contador
CRC AP-002752/O-0

Assinado digitalmente por FLAUBERTY DE
SOUSA BRITO:5421164268
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA C1, OU=34152219000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=FLAUBERTY DE SOUSA
BRITO:5421164268
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.23 13:52:22-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá**, que utiliza como nome de fantasia a expressão **Uniodonto Amapá**, é uma sociedade cooperativa, singular, congregando os integrantes da profissão odontológica, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, e tem como objetivos: (a) organização em comum e em maior escala dos serviços relativos às atividades econômicas, técnicas, educacionais e assistenciais dos associados e seus interesses; (b) viabilização financeira e implantação de assistência odontológica, de pesquisa e de treinamento de cooperados e de empregados, e; (c) abastecimento de equipamentos, artigos, gêneros e quaisquer insumos de uso e insumo em odontologia, em trabalhos de pesquisa e científicos, em atividades de ensino e de autoinstrução e em atividades de formação e treinamento de pessoal.

As atividades da Cooperativa compreendem a comercialização e administração de planos de assistência odontológica e são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 36578-5.

A Administração da **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá** entende que neste exercício não é necessário nenhum ajuste nas demonstrações contábeis da Cooperativa decorrente da adoção dos procedimentos determinados pela ANS por meio da Resolução Normativa - RN nº 517 de 29 de Abril de 2022, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, em função de não possuir operações de corresponsabilidade com suas congêneres, resultantes de atendimentos de beneficiários do plano de forma continuada, ou seja, com características de “intercâmbio habitual”.

Riscos de créditos e estimativa de perdas esperadas sobre crédito

A Cooperativa mantém procedimentos contínuos de monitoramento e controle dos seus recebíveis, com acompanhamento sistemático dos ingressos financeiros e adoção tempestiva de medidas administrativas voltadas à mitigação do risco de inadimplência, especialmente nos contratos individuais com cobrança via boleto bancário. Essas práticas têm como objetivo preservar a inadimplência em patamares reduzidos e compatíveis com o perfil operacional da entidade.

Ao longo do exercício de 2025, as políticas de concessão de crédito e de gestão da inadimplência permaneceram alinhadas ao planejamento econômico-financeiro da Cooperativa, demonstrando aderência mesmo em um ambiente macroeconômico ainda marcado por restrições de crédito e manutenção de taxas de juros em níveis elevados.

O risco de crédito da Cooperativa apresenta-se concentrado, em sua maior parte, em contratos cujos pagamentos decorrem de repasses vinculados a convênios firmados com servidores efetivos dos quadros dos governos municipal, estadual e federal, considerando que parcela relevante dos beneficiários está associada a esses vínculos, o que contribui para a previsibilidade dos fluxos de recebimento.

Os contratos empresariais e individuais mantiveram níveis de inadimplência considerados baixos, em linha com o comportamento observado em exercícios anteriores, não sendo identificadas variações

relevantes que demandassem alterações significativas nas estimativas de perdas esperadas sobre créditos.

Nesse contexto, a Cooperativa encerrou o exercício de 2025 com **24.011 beneficiários**, o que representa um **pequeno crescimento de aproximadamente 0,31% em relação ao exercício de 2024**, evidenciando relativa estabilidade da base de usuários e recuperação pontual frente à redução observada no período anterior.

Riscos de liquidez e geração de caixa

a) Geração de caixa

No ano de 2025, a Cooperativa manteve a sua capacidade de geração de caixa dentro da média.

b) Sinistralidade

A sinistralidade do exercício manteve-se em patamar semelhante ao verificado no exercício anterior, não sendo observadas variações relevantes que impactassem de forma significativa o resultado operacional no período.

Suspensão de atendimentos aos beneficiários

No decorrer do ano de 2025, não houve a suspensão do atendimento aos beneficiários e do funcionamento do sobreaviso.

Disponibilidade de caixa para socorrer os cooperados

Devido ao funcionamento regular dos consultórios, a Cooperativa não precisou socorrê-los com adiantamento de produção.

Recuperabilidade de ativos

a) Instrumentos financeiros

A Cooperativa mantém seus recursos financeiros aplicados em instrumentos conservadores, priorizando instituições financeiras nacionais, com foco em segurança e liquidez.

b) Suspensão dos reajustes anual e por mudança de faixa etária

Durante o ano de 2025, a **Uniodonto Amapá** praticou normalmente o reajuste nesse período, de acordo com a legislação vigente e em conformidade com o que está pactuado nos contratos mantidos com os beneficiários.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados outros resultados abrangentes além do resultado líquido do exercício, razão pela qual o resultado abrangente total corresponde integralmente ao resultado líquido apurado no período.

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Administração em 11 de fevereiro de 2026.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

2.3 Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.4 Ativos Financeiros

2.4.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os

empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem “disponível” e “créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora”.

(c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

2.4.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado. As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4.3 Impairment de Ativos Financeiros

(a) Ativos Mensurados por Custo Amortizado

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
- (iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

(b) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG”, e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.6 Reconhecimento do Custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a

data da apresentação da conta odontológica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada “Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)”.

2.7 Contraprestação Pecuniária a Receber

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

- Prestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência odontológica calculadas e pagas antes da utilização das coberturas contratadas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço pré-estabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.8 Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo Circulante

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Uniodontos. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços odontológicos (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzidos da provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.9 Bens e Títulos a Receber

Os bens e títulos a receber estão formados por estoques, cheques a receber, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques a receber, adiantamentos e outros créditos a receber são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

2.10 Investimentos – Ativo Não Circulante

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado Patrimonial” na demonstração do resultado.

Teste de recuperabilidade (impairment)

A Cooperativa avalia periodicamente a existência de indícios de perda no valor recuperável de seus ativos imobilizados, em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 – Ativo Imobilizado. Em 2023, foi elaborado laudo técnico independente abrangendo os bens móveis e o imóvel sede, o qual concluiu pela adequação dos valores contábeis aos respectivos valores recuperáveis, não havendo necessidade de reconhecimento de perda por impairment, bem como pela adequação das vidas úteis e critérios de depreciação adotados. As aquisições realizadas após essa data foram pontuais e de baixo impacto econômico, não sendo identificados indícios de desvalorização relevantes no exercício de 2025.

2.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para

a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a) Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG

A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — pro rata dia — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura do risco.

(b) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas odontológicas.

(c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência odontológica. A ANS estabelece que o cálculo da PEONA deva ser efetuado por meio de metodologia desenvolvida por atuário, consubstanciada por Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, a qual deverá ser encaminhada para análise e aprovação da ANS.

2.14 Fornecedores – Débitos Diversos – Passivo Circulante

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.16 Provisões para Ações Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data dos balanços da Entidade, estando atento às leis específicas aplicáveis para a Cooperativa.

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social imputadas ao resultado, são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada as demais normas a respeito. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência

histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)

A Cooperativa efetua análises para fazer face a perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência odontológica, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda, conforme os critérios definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Cooperativa utiliza metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP aprovada pela ANS para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido por meio da construção do “Triângulo de *Run-off*”, relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registrado de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para cálculo da PEONA contém duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de 12 meses do custo assistencial em contratos com preço preestabelecido.

Provisão para ações judiciais

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências prudenciais estabelecidas pela ANS, quando aplicáveis.

A Administração mantém acompanhamento periódico dos indicadores econômico-financeiros e regulatórios.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c) Risco de Mercado

O risco de mercado da Cooperativa está relacionado, principalmente, às variações nas taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras, uma vez que seus recursos estão alocados predominantemente em instrumentos de renda fixa de liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão concentradas em instrumentos de renda fixa de baixo risco de crédito, não havendo exposição relevante a ativos de renda variável ou instrumentos financeiros derivativos.

Alterações nas taxas de juros podem impactar o rendimento das aplicações financeiras e, consequentemente, o resultado do exercício. Todavia, considerando o perfil conservador dos investimentos e a natureza das aplicações mantidas, a Administração entende que a exposição a esse risco é moderada e compatível com a estrutura operacional da Cooperativa.

A Administração acompanha continuamente o cenário econômico e as condições do mercado financeiro, buscando preservar o equilíbrio econômico-financeiro e a suficiência de capital da Cooperativa.

4.2 Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Regulatório (CR)

A Operadora atende às exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme disposto na Resolução Normativa nº 569/2022, que regulamenta os critérios para definição e apuração do Capital Regulatório das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Nos termos da referida normativa, a Operadora deve manter, de forma permanente, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Regulatório (CR), sendo este apurado como o maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital Baseado em Riscos (CBR), conforme metodologia definida pela regulamentação vigente.

Na data-base das demonstrações contábeis, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) é superior ao Capital

Regulatório (CR), atendendo às exigências da regulamentação vigente.

	2025	2024
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	R\$ 4.460.993,40	R\$ 4.371.213,49
Capital Regulatório (CR) - O maior entre os seguintes valores:		
Capital Base (CB)	R\$ 19.724,93	R\$ 18.723,03
Capital Baseado em Riscos	R\$ 678.808,19	R\$ 737.194,99

4.3 Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumento financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos conforme balanço patrimonial		
Disponível	27.593,52	27.430,64
Aplicações Financeiras	2.271.681,86	2.226.231,19
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	666.235,48	448.308,60
	<u>2.965.510,86</u>	<u>2.701.970,43</u>
Passivos conforme balanços patrimoniais		
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	5.862,32	9.564,35
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	76.401,63
Fornecedores - Débitos Diversos	204.811,60	179.837,38
	<u>210.673,92</u>	<u>265.803,36</u>

6. Aplicações Financeiras

	2025	2024
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo de Renda Fixa	-	365.318,11
	-	<u>365.318,11</u>
Aplicações Livres		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	2.271.681,86	1.794.180,50
Fundo de Renda Fixa	-	66.732,58
	<u>2.271.681,86</u>	<u>1.860.913,08</u>
	2.271.681,86	2.226.231,19

7. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	2025	2024
Usuários Pessoa Física	1.688.637,15	1.382.291,43
Usuários Pessoa Jurídica	9.717,26	21.577,29
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	7,00
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(1.032.118,93)	(955.567,12)
	666.235,48	448.308,60

8. Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo Circulante

Corresponde a valores a receber oriundos do atendimento a usuários de outras operadoras de planos de assistência odontológica que atuam em nome Uniodonto.

9. Créditos Tributários e Previdenciários

	2025	2024
IRRF a compensar	96.938,10	110.847,24
CSLL a compensar	233,82	2.471,01
INSS a compensar	10.737,76	10.737,76
ISS a compensar	-	-
PIS e COFINS a compensar	816,78	14.798,13
	108.726,46	138.854,14

10. Bens e Títulos a Receber

	2025	2024
Estoques	-	-
Cheques a receber	-	-
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	3.577,08	12.700,30
Outros Créditos a receber	274.763,58	270.271,01
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	-
	278.340,66	282.971,31

11. Conta-Corrente com cooperados – Ativo Circulante / Conta-Corrente de Cooperados – Passivo Circulante

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamentos (*)	2.771,98	-	7.816,64	-
Sobras a pagar		1.921,20		1.921,20
	<u>2.771,98</u>	<u>1.921,20</u>	<u>7.816,64</u>	<u>1.921,20</u>

12. Investimentos – Ativo não circulante

	2025	2024
Participações Societárias - Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		
Uniodonto do Brasil	1.596,97	1.596,97
Participações Societárias - Outras Entidades		
Sicredi	61.506,52	56.224,63
Sicoob	6.903,62	6.706,95
Federação das Cooperativas Uniodontos da Amazônia do Brasil	300,00	300,00
	<u>70.307,11</u>	<u>64.828,55</u>

Os Investimentos referem-se a quotas-parte nas entidades acima indicadas.

13. Imobilizado

	<u>Imóveis de Uso Próprio - Não Odontológicos</u>			<u>Imobilizado de Uso Próprio - Não Odontológicos</u>				
	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Moveis e Utensílios	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	65.014,17	2.120.561,83	-	-	87.198,25	6.088,47	99.584,35	2.378.447,07
Adições	-	-	-	-	2.373,00	13.155,01	-	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação								-
Adições		(118.797,84)	-	-	(20.448,57)	(3.125,03)	(32.549,52)	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	65.014,17	2.001.763,99	-	-	69.122,68	16.118,45	67.034,83	2.219.054,12
Adições	-	-	-	-	-	6.197,90	-	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação								-
Adições		(118.797,84)	-	-	(20.254,76)	(5.114,36)	(32.549,52)	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	65.014,17	1.882.966,15	-	-	48.867,92	17.201,99	34.485,31	2.048.535,54

14.Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	2025	2024
Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PCNG	221.149,02	213.807,57
Provisão de Eventos a Liquidar		
Rede contratada/Credenciada		
Produção de Cooperados		
Intercâmbio-Operadora de Assistência à Saúde	5.862,32	9.564,35
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	312.312,11	283.303,64
	539.323,45	506.675,56

15.Receita antecipada de contraprestações

	2025	2024
Receita Antecipada de Contraprestação Receita Antecipada		
	8.192,68	8.259,00
	8.192,68	8.259,00

Refere-se a valores decorrentes de recebimento antecipado de usuários pessoa física, que serão apropriados ao resultado na medida em que os respectivos períodos de cobertura sejam incorridos.

16.Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	2025	2024
ISS a recolher	-	230,00
Contribuições previdenciárias a recolher	83.552,88	88.116,80
FGTS a recolher	7.837,85	7.371,67
IR Retido na Fonte a recolher - Funcionários	4.263,14	4.066,35
IR Retido na Fonte a recolher - Terceiros	59.611,09	58.690,11
COFINS e PIS / PASEP a recolher	20.645,91	18.545,32
Outros	311,10	321,07
	176.221,97	177.341,32

17. Empréstimos e financiamentos a pagar – Passivos circulante e não circulante

	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco da Amazônia S/A (a)	-	-	76.401,63	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	-	-	76.401,63	-

Refere-se a contrato de financiamento celebrado com o Banco da Amazônia S/A em 28/06/2013, com liberação em 3 parcelas, cujo valor total monta a R\$1.226.462. Os recursos foram destinados à construção da sede própria. Os pagamentos estão assim programados: Bônus de 15% por quitação no vencimento, juros sobre saldo devedor pago mensalmente e carência de 36 meses para o principal, vencendo-se a 1ª parcela em 10/06/2016 e a última em 10/05/2025, que perfaz um prazo de 144 meses. O empréstimo está garantido por hipoteca cédular de terreno, fiança bancária e aval de dirigentes.

Em 31/12/2024, o saldo devedor remanescente era de R\$ 76.401,63, integralmente quitado no exercício de 2025, encontrando-se o contrato totalmente liquidado.

18. Débitos diversos

	2025	2024
Salários a pagar	1.550,54	410,95
Provisão para férias e encargos	91.619,80	88.661,44
Fornecedores	14.623,52	-
Outros débitos	97.017,74	90.764,99
	204.811,60	179.837,38

19. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Cooperativa é de R\$ 2.653.666,38 (R\$ 2.714.956,72 em 2024), representado por 63 cooperados (64 em 2024), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$ 72.020. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização do Conselho de Administração e o pagamento de uma taxa de 10% sobre seu valor, desde que o associado não fique com número inferior ao mínimo estatutário.

(b) Sobras e Perdas do Exercício

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

i) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ii) Fundo de Reserva – É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houveram realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

20. Despesas Administrativas

	2025	2024
Despesas com Pessoal Próprio	2.159.296,99	2.218.681,80
Despesas com Serviços de Terceiros	672.294,98	736.902,47
Despesas com Localização e Manutenção	141.011,93	179.937,61
Despesas com Depreciação	176.716,48	174.920,96
Publicidade e Propaganda	21.220,95	30.522,18
Despesas com Tributos	36.727,71	18.324,28
Multas Administrativas - ANS	41.870,23	-
Outras Despesas	74.506,33	67.767,23
	3.323.645,60	3.427.056,53

21. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas, principalmente, pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Terminologia Unificada da Saúde Suplementar - TUSS.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão, foi de R\$ 579.370,55 em 2025 (R\$ 517.412,82 em 2024).

22. Conciliação entre o Resultado Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Conforme regra da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto com reconciliação do saldo das atividades operacionais. A seguir demonstramos a reconciliação do resultado líquido da DFC nos termos na NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução Normativa - RN nº. 528, de 2022, da ANS.

Conciliação entre o Resultado Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Resultado Líquido	R\$ 582.136,33	R\$ 286.502,13
Ajustes de:		
Distribuição de Sobras	-R\$ 216.049,96	-R\$ 671.582,90
Aumento/Diminuição de Capital Social	-R\$ 61.290,34	R\$ 252.293,48
Depreciação	-R\$ 176.716,48	-R\$ 174.920,96
Utilização do FATES	-R\$ 209.783,74	-R\$ 140.723,64
Resultado líquido ajustado	<u>-R\$ 81.704,19</u>	<u>-R\$ 448.431,89</u>
 Variações nos ativos e passivos:		
Variação nas Aplicações Financeiras	-R\$ 45.450,67	R\$ 137.786,66
Variação nos Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-R\$ 217.926,88	R\$ 96.121,18
Variação dos Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	R\$ 227,11	-R\$ 1.176,45
Variação nos Créditos Tributários e Previdenciários	R\$ 30.127,68	-R\$ 6.965,95
Variação nos Bens e Títulos a Receber	R\$ 4.630,65	R\$ 38.596,76
Variação das Despesas Antecipadas	R\$ 246,18	R\$ 358,12
Variação das Contas Correntes com Cooperados	R\$ 5.044,66	R\$ 1.232,39
Variação nos Depósitos judiciais e fiscais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Variação nos Investimentos	R\$ 307.566,96	R\$ 424.583,02
Variação no Imobilizado	R\$ 347.235,06	R\$ 334.313,91
Variação no Intangível	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Variação nas Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	R\$ 32.647,89	-R\$ 9.045,20
Variação dos Débitos de Operações de Assistência à Saúde	-R\$ 2.760,31	R\$ 5.314,55
Variação nos Débitos de Oper. Assist. à Saúde não Relacion. com Planos de Saúde da Operadora	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Variação nas Provisões	R\$ 599,70	-R\$ 1.271,92
Variação nos Tributos e Encargos Sociais a Recolher	-R\$ 1.119,35	R\$ 1.959,35
Variação dos Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-R\$ 76.401,63	-R\$ 61.268,37
Variação nos Débitos Diversos	R\$ 45.456,22	R\$ 6.351,45
 Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>R\$ 348.419,08</u>	<u>R\$ 518.457,61</u>

23. Cobertura de Seguros

A Cooperativa mantém seguros contratados para proteção dos bens do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2025, a apólice vigente foi contratada junto à Tokio Marine Seguradora S.A., com vigência de 29 de abril de 2025 a 29 de abril de 2026, e limite máximo de indenização de R\$ 3.500.000,00.

* * *

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE
AZEVEDO:3788826
9249

Assinado digitalmente por CLAUDIO VALENTE
CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=
presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO
VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.23 13:56:54-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

FLAUBERTY DE
SOUSA
BRITO:542116542
68

Assinado digitalmente por FLAUBERTY DE
SOUSA BRITO:54211654268
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=
presencial, OU=Certificado PF A3, CN=
FLAUBERTY DE SOUSA BRITO:54211654268
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.23 13:57:16-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Flauberty de Sousa Brito
Contador
CRC AP-002752/O-0